TL7238

Excelência Senhor Primeiro Ministro
Engenheiro António Guterres

Em nome do Povo de Timor-Leste, apresento a Vossa Excelência as sinceras felicitações pela vitória alcançada nas eleições.

Em nome ainda das Falintil e da Resistência, desejo a Vossa Excelência os melhores sucessos na condução dos destinos do povo irmão português.

O Governo de Vossa Excelência é o governo de transição do século e as responsabilidades são inegàvelmente maiores perante a história de Portugal, perante a da Comunidade dos países lusófonos e perante a história de Timor-Leste.

Nestes termos, Vossa Excelência preside a um governo que detém responsabilidades históricas e políticas sobre Timor-Leste, numa altura em que o problema está apenas à espera de um maior reforço de acções diplomáticas para apoiar a ONU na solução mais justa e internacionalmente aceitável.

Excelência Senhor Primeiro Ministro

1. Há 20 anos que Timor-Leste continua a ser um caso difícil. A repressão e o terror constituem o dia-a-dia doloroso no território. A população já não pode mais e ùltimamente tem sido obrigada a manifestar abertamente o seu repúdio em várias ocasiões. A difícil adaptação de duas sociedades totalmente diferentes no carácter, atitudes e maneiras de pensar tem apenas cavado mais profundamente o fosso entre o timorense e o indonésio.

Pela lei do terror ali imposto, a população foi forçada a alterar a sua maneira de ser. Com a opressão mental e física, cultural e psicológica, o nosso Povo está perdendo a sua identidade, conservada durante séculos da dominação portuguesa.

Há, portanto, 20 anos que a Indonésia utiliza todos os meios para dificultar uma solução, à luz do Direito Internacional e à luz das resoluções da ONU concernentes ao problema.

Foi com acertado vigor e oportuna clareza que Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Mário Soares, abordou a 'dolorosa situação' do Povo de Timor-Leste, na sua recente intervenção na ONU!

2. Cada vez mais o Povo Maubere lamenta que os seus sacrifícios lhe parecem ser quase em vão e só o fantasma da sua exterminação é que continua a dar-lhe energia para suportar o sofrimento que a prolongada ocupação indonésia lhe impõe.

E vai resistindo, entregue apenas à sua firme vontade de vencer.

Enquanto isto, a guerrilha, orgulhosa do feito de ter podido fazer frente a uma potência militar da área, não pode contudo deixar de sentir quanto lhe custou manter a resistência armada. Muito embora reduzida em homens e armas, após 20 anos de guerra ininterruptos, as Falintil continuam mantendo o mesmo espírito de combate e a mesma disposição de morrer pela Pátria.

As Falintil, que tem vindo a sobreviver apenas contando com a sua própria capacidade, tem consciência de que, num território pequeno como Timor-Leste e enfrentando um poderoso inimigo, não podem derroté-lo pela via das armas. Mas também sábe bem do seu papel na Libertação da sua Pátria.

Foi a oposição armada das Falintil, desde os primeiros dias da violação das fronteiras em Setembro de 1974, foi a pronta reacção das Falintil na protecção à população, nos primeiros dias da invasão, que impediram que a história de Timor-Leste tomasse um rumo mais doloroso ainda.

Mesmo após o controle de toda a população, as Falintil continuaram a erguer alto a bandeira da luta. E entre a carnificina que as forças ocupacionistas faziam nas vilas, entre as mortes pela fome e doença que assolavam a população nos três primeiros anos da sua captura, a guerrilha no mato reorganizou-se e reorganizou a luta.

E o que veio sustentando esta difícil resistência é a consciência do nosso povo de que se deve lutar sob uma organização sólida. Desde que o '25 de Abril' concedeu, há 21 anos atrás, liberdade ao nosso Povo, ele tomou consciência de que o seu destino estava entregue em suas mãos e que devia, politicamente, possuir a capacidade de ultrapassar as estruturas tradicionais dispersas para uma de âmbito verdadeiramente nacional.

O CNRM é o produto histórico dos sacrifícios do nosso Povo, o CNRM corrigiu o carácter partidarista da resistência, tornando-a num acto de todo o cidadão timorense.

E hoje, o Povo Maubere vem lutando sob a direcção política do CNRM.

Excelência Senhor Primeiro Ministro

3. Não se pode falar de Timor-Leste sem mencionarmos a causa do problema. Há 20 anos, que a Indonésia tem actuado com uma deplorável impunidade, produto

da política de interesses que hoje comanda a chamada era da globalização.

Quando a Comunidade Economica Europeia, à revelia das suas próprias resoluções concernentes aos Direitos Humanos e das resoluções adoptadas sobre Timor-Leste, continuar a considerar mais importantes os laços económicos com a Indonésia, os esforços de Portugal encontrarão sempre barreiras e Jacarta continuará inflexível na sua postura.

Se o Parlamento Europeu e a União Europeia nao forem mais vigorosos numa declaração de principios exigindo a Jacarta o cumprimento das resoluções da ONU, as Nações Unidas manter-se-ão atadas nas suas iniciativas e terão que apenas continuar a esforçar-se por não dar motivos para Jacarta romper com o diálogo, à luz da resolução 37/30, de Dezembro de 1982.

4. O problema de Timor-Leste está numa fase, em que se torna mais necessária, mais firme e consequente a pressão internacional.

E é aqui que esta o desafio à capacidade portuguesa de provocar um resultado que possa corresponder à vontade de vencer do nosso Povo.

Amplia-se no seio da sociedade indonésia uma melhor percepção sobre o problema de Timor-Leste, enquanto que se manifestam novos e mais sinais do descontentamento geral do povo indonésio face ao regime militarista de Jacarta.

Jacarta está perante um periodo confuso, em que a ABRI não deseja fazer concessões enquanto as opiniões crescem apelando para uma liberalização do sistema. Soeharto está perante um dilema, ou continua surdo aos apelos e terá que ordenar mais cedo ou mais tarde estados de emergência ou abre a mão às exigências do tempo e terá que fazer face às críticas severas que estão recalcadas na consciência do povo indonésio.

Num contexto assim o caso de Timor-Leste aparece sempre como a outra parte mais importante da luta contra o regime, porque a oposição indonésia, na generalidade, considera o problema como a arma mais eficaz de denúncia contínua e aberta das atrocidades do regime.

Nestes termos, temos a certeza de que, sob a definição clara, firme e resoluta de uma estratégia político-diplomática para Portugal, Vossa Excelência, Senhor Primeiro Ministro, pode vir a ser o arquitecto da liberdade e independência de Timor-Leste.

E, para além disto, Vossa Excelência contribuirá de uma maneira indirecta mas decisiva na consolidação da democracia na área, dado que uma solução internacionalmente aceitável do conflito de Timor-Leste, influenciará enormemente o grande movimento pro-democrático em crescimento no Sudoeste Asiático.

Excelência Senhor Primeiro Ministro

5. A região da Ásia e Pacífico é sobejamente definida como a região do futuro.

O mundo atravessa hoje uma mudança de concepções e as relações resultantes da globalização permitem oportunidades que nem todos podem possuir e, neste contexto, a Portugal também se colocam desafios do tempo.

A característica nostálgica do Povo português que o fado imortalizou, representa sempre, segundo nós, o anseio profundo da gloriosa missão do passado dos descobrimentos que permanece latente nos dias de hoje e com especial significado para o futuro.

Acompanhamos as intenções e esforços para dar forma e conteúdo à Comunidade Lusófona e Portugal tem perante si e perante o futuro, um convite histórico: o de salvaguardar a grandeza histórica da era dos descobrimentos que deram novos mundos ao mundo.

Vossa Excelência, Senhor Primeiro Ministro, está no limiar de um grande acontecimento histórico, que marcará a expansão do espaço português pelos quatro quadrantes.

6. A acção que o Governo de Vossa Excelência produzir em direcção a uma solução do problema de Timor-Leste, à luz das resoluções da ONU e dos princípios universais e com a base na Constituição Portuguesa, pode vir a encorajar mais ainda os portugueses a aceitar este desafio do século, este convite dos novos tempos: a criação do oitavo Estado de língua portuguesa, nos confins do Oriente. Timor-Leste será o único país de fala portuguesa na heterogénea e singular região da Ásia e Pacífico.

Um Timor-Leste independente manterá laços especiais com Portugal e com os países irmãos lusófonos. Timor-Leste será a ponte de contactos entre Portugal e a região. As relações culturais, que cuidaremos como fazendo parte da definição de nós mesmos, permitirão que Timor-Leste se situe na Ásia e Pacífico como uma representação permanente de Portugal e do seu Povo.

Sentimos esta responsabilidade, sentimos também este desafio e, há 20 anos e nas mais difíceis condições, temos vindo a assumir isto mesmo.

Excelência Senhor Primeiro Ministro

7. Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência as necessida-

des da Resistência.

Há 20 anos que a Resistência vem suportando condições únicas na história das guerras dos dias de hoje. Só há bem pouco tempo e devido ao esforço que quadros do CNRM no exterior tem desenvolvido na angariação de fundos, é que a Resistência Maubere pode, de quando em quando, respirar de alívio com o envio de algum dinheiro que nunca chegou para cobrir as necessidades de guerrilha.

Como princípio, a Resistência sempre optou por desenvolver as suas capacidades de se suprir ela mesma e a Organização Clandestina tem respondido com abnegação. Contudo, como Vossa Excelência terá conhecimento, há 20 anos que a Organização clandestina tem sido abalada por sucessivos desmantelamentos, provocando assim que condições existentes de suprimento de medicamentos, roupas e outros artigos fossem continuamente destruidas ou obrigadas a permanecer longo tempo inactivas.

Apelo a Vossa Excelência, Senhor Primeiro Ministro, para prestar uma devida atenção a estas necessidades políticas e humanitárias da Guerrilha e da Frente Clandestina.

Nós necessitamos de prover a Guerrilha de medicamentos, roupas, comer, máquinas fotográficas, câmaras de video, etc. Nós necessitamos de suportar as despesas de comunicação da Resistencia, como viagens de estafetas de e para Timor-Leste, gastos de chamadas telefónicas, E-Mail e Correio para o Exterior e também na compra e manutenção de aparelhagem electrónica como computadores, etc.

Temos conseguido manter o mínimo de condições necessárias mas sempre à maré dos pequenos donativos que vamos recebendo, aqui e acolá, de Organizações Humanitárias e sempre no desconforto das inevitáveis interrupções, esperando pela chegada de novos donativos. O Governo Português podia ter estes problemas em consideração e apelo a Vossa Excelência Senhor Primeiro Ministro, para propôr uma rubrica de meio milhão de contos, destinada a uma ajuda prática à Resistência Timorense.

Aguardo com esperança um gesto magnânimo de Vossa Excelência.

Excelência, Senhor Primeiro Ministro

8. Sob o mandato da Resolução 37/30, os encontros entre Portugal e a Indonésia sob os auspícios da ONU, têm vindo a realizar-se desde 1983, há 12 anos portanto e o que se apercebe dos resultados é que não se conseguiu ainda alterar a posição de Jacarta quanto à substância do problema.

O plano de paz do CNRM, cujo espírito é, à luz das resoluções da ONU, o

cometimento de viabilizar um processo de paz que não force a instabilidade política na Indonésia, permitindo assim uma acomodação de todas as partes envolvidas no conflito, tem sido continuamente rejeitado por Jacarta.

Existem sinais, que poderiamos classificar de positivos, que traduzem a sensação cada vez mais clara sobre a necessidade de se resolver o problema.

Para quebrar este impasse que vem prolongando-se, há 12 anos, desde que a resolução 37/30 mandatou o Secretário-Geral da ONU para consultar as partes interessadas no conflito, Portugal poderia partir por buscar alternativas que venham a permitir uma nova visualização do problema.

Portugal tem um tempo de 1 ano e meio, até às eleições indonésias de Julho de 1997, para considerar a situação política na Indonésia e captar os momentuns e batalhar pela solução do caso de Timor-Leste.

Existe uma oportunidade que poderá ser aproveitada para se fazer avançar uma alternativa de solução - as próximas eleições indonésias a ocorrer em 1997.

Dado que no plano interno, o regime está com dificuldades em detér os surtos de descontentamento, pode ser que, chegada a altura, Jacarta se retire do compromisso, como fez em relação à malograda vinda da DPP. As próximas eleições indonésias poderão ser o eclodir de uma situação política fora do controle do regime, se até lá continuar impermeável às exigências de maior abertura. Esta previsão, pessoal, pode ser ou não objectiva, conforme o que 1996 vier a trazer para o cenário político indonésio.

9. Nós propomos a Vossa Excelência Senhor Primeiro Ministro, para considerar a possibilidade do aproveitamento das eleições gerais indonésias, para se realizar um acto referendário em Timor-Leste, sob a supervisão da ONU.

Ao mesmo tempo que as eleições gerais na Indonésia, o território de Timor-Leste estaria regido por um estatuto especial que legitimasse uma fórmula de votação, pela qual o Povo de Timor-Leste expressaria livre e democràticamente a sua vontade, exercendo assim o seu direito de determinar o seu próprio destino.

A supervisão da ONU implica que algumas condições básicas devam ser o pressuposto sem o qual, nenhum acto praticado pelo nosso Povo poderá ser considerado genuíno.

Portugal poderia propôr à ONU as seguintes condições:

a- Constituição de um Grupo de Trabalhos da ONU, presidido por um Repre - sentante Especial do Secretário-Geral da ONU para Timor-Leste, a estabelecer-se no território antes, durante e depois do acto referendário.

b- Constituicao de uma Força Policial da ONU para garantir a segurança física dos funcionários de ONU e viabilizar a cessação das hostilidades.

c- Abertura de Timor-Leste a Observadores internacionais, Organizações Humanitárias e à Imprensa internacional, antes, durante e depois do acto.

d- Libertação antecipada dos prisioneiros politicos timorenses, como uma prova de boa-vontade de Jacarta no seu cometimento sobre as 'Confidence Building Measures'.

10. A Equipa de Trabalhos da ONU teria a missão de esclarecer e ensaiar as populações do território para o acto referendário e resolver todas as questões técnicas, em consulta permanente com Portugal, Indonésia e a Resistência.

No período imediatamente a seguir ao pleibiscito popular, a Equipa de Trabalhos da ONU procederia a outras tarefas relevantes como a investigação sobre o meio-ambiente e doenças, sobre questões relacionadas ao repovoamento das populações e outras matérias sócio-económicas pertinentes.

Queremos lembrar da necessidade de que a participação portuguesa no processo de preparação do acto deverá ser, quanto a nós, muito bem cuidada, com o estabelecimento no território de uma Representação oficial da Comissão Eventual de Acompanhamento da situação de Timor-Leste, em permanente contacto com o Governo Português.

Para observar o acto, Portugal deverá mandar uma Delegação Parlamentar, antes mesmo do dia das votações para percorrer o território e contactar as populações.

Por outro lado, tendo em conta facilitar-se a comunicação com a população, a Força policial da ONU deveria ser constituida por efectivos, originários dos países de expressão portuguesa, preferivelmente africanos, dado que forças portuguesas poderão não ser aceites pela Indonésia.

Uma das condições a exigir-se, no diálogo com a Indonésia será a nossa Libertacao antecipada, porque nós garantimos que a nossa presença no território facilitará imensamente a criação de um clima político de calma e tolerância para que o processo de preparação do acto referendário não tropece nas manobras que as autoridades ocupantes quererão activar.

Excelência Senhor Primeiro Ministro

11. E, finalmente, porque sabemos com absoluta certeza do resultado do acto, Portugal deverá estar preparado para imediatamente contribuir no controle politico da situação.

Um Comissário para Timor-Leste ou um Representante Permanente do Governo Português, com uma equipa de juristas e técnicos, estabelecer-se-ia no mais breve espaco de tempo, a seguir ao anuncio dos resultados, a fim de, com a Representação da ONU e a Representação Indonésia, estudar os termos de acordo para:

- a retirada das tropas de ocupação indonésias
- desarmamento dos timorenses armados pelos ocupantes
- a descida das Falintil
- criação de uma força policial timorense
- retirada dos civis indonésios

entre outras questões jurídicas e diplomáticas essencialmente.

A criação de uma administração transitória cobriria os primeiros tempos, onde se procederá ao regresso dos timorenses residindo no exterior, organização e consolidação das forças políticas partidárias, estudo e debate das bases constitucionais do novo Estado e Eleições Gerais.

Se a Indonesia aceitar o desafio das 'Eleições gerais de 1997', Portugal deve batalhar dura e firmemente pelas condições que permitam, à luz do estatuto jurídico do território e das normas de descolonização da ONU, a realização de um acto honesto, democrático e livre, onde o Povo Maubere possa determinar o seu destino! Desde que o Governo que Vossa Excelência preside, conceda a devida atenção ao problema de Timor-Leste, acreditamos que durante a Legislatura de Vossa Excelência o Povo Maubere poderá começar a ver o clarão de luz dentro do túnel que permanece sinuoso e escuro.

Depositamos em Vossa Excelência, Senhor Primeiro Ministro, as mais profundas esperanças do nosso Povo.

Com a mais alta consideração,

Prisão de Cipinang, aos 12 de Novembro de 1995

Pel' O CNRM,

Kay Rala Xanana Gusmão

Cmdt. das Falintil